

Início na mesa do Senado

Jader defende com parecer que processo não começou

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA - A decisão do presidente do Senado Jader Barbalho (PMDB-PA) de dar prazo de 15 dias aos senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) para renunciar até a abertura de processo de cassação pela mesa diretora do Senado e antes da publicação da decisão no Diário Oficial baseou-se em parecer da advogada-geral do Senado, Josefina Valle de Pinha e do consultor-geral legislativo, Dirceu Teixeira de Matos.

"Teremos mais tempo para avaliar a situação", informou An-

tonio Carlos. Da mesma forma, o senador José Roberto Arruda acredita que o prazo foi fundamental à defesa.

Os membros do Conselho de Ética também se pronunciaram sobre essas questões. O presidente da comissão de Ética, senador Ramez Tebet, acha que a data fatal para renúncia gera "controvérsia jurídica", mas a opinião de Tebet é a mesma de Jader. "É possível a renúncia até a mesa diretora do Senado se pronunciar", afirmou Tebet. Da mesma forma, para o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) somente pela mesa do Senado ou partido político é possível a abertura de processo de

cassação. "A comissão de Ética conclui a fase de investigação e não o início do processo de cassação, apesar da recomendação do relator", explicou Althoff.

Também para a senadora Heloísa Helena (PT-AL) o debate deve ser feito "interna corporis". "Encerramos o procedimento investigativo. A votação do relatório não significa a abertura do processo", afirmou a senadora. Para ela, o debate existe em função de Saturnino Braga ter apontado em seu relatório a medida disciplinar. "Na verdade, trata-se da conclusão do processo investigatório", concluiu Heloísa.